

Devida diligência

Relatório da área técnica do TCU diz que houve falha de procedimento na alteração de um artigo no estatuto da Petrobras sobre preenchimento de cargos de administração. A mudança, aprovada em assembleia realizada em novembro, poderia limitar a análise de conflito de interesse nas indicações. Um dos objetivos da reunião era adequar o estatuto à decisão do então ministro Ricardo Lewandowski (STF) que flexibilizou o veto da Lei das Estatais à nomeação de diretores com ligações políticas.

FROUXO O estatuto agora diz que apenas conflitos de interesse expressamente previstos em lei serão avaliados. Segundo o relatório do TCU, o trecho foi inserido por recomendação apenas do Cope (Comitê de Pessoas), sem passar por outras instâncias da estatal. A independência do comitê também é questionada, uma vez que a maioria de seus membros é ligada ao Ministério de Minas e Energia. Procurada, a Petrobras não comentou.

VAMOS AÍ ALA PLATA O presidente do BC, Roberto Campos Neto, estava de férias no dia da reunião ministerial com Jair Bolsonaro (PL) na qual foi debatida, segundo o STF, a preparação para um golpe. No vídeo do encontro, Bolsonaro chegou a perguntar sobre a presença dele. O chefe da autoridade monetária é frequentemente acusado de ser "bolsonarista infiltrado" por dirigentes do PT. A presença no encontro provavelmente contribuiria para a relevância de algumas críticas.

ANTES TARDE DO QUE NUNCA O tenente-coronel Mauro Cid, que fez a delação premiada que embasou a operação contra bolsonaristas sobre a suposta tentativa de golpe, acionou na quinta (9) dispositivos de mensagens temporárias do WhatsApp. Ele agora desapareceu após 24 horas. Os dados em poder da PF mostram que ele monitorava os passos de Alexandre de Moraes (STF).

ESQUEÇA O QUE ESCREVI Quatro dos cinco políticos que assinaram a Lei dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, em 2021, cometeram o crime de enquadramento injustamente pela norma. São eles: Bolsonaro e os então ministros Anderson Torres (Justiça), Raul Neto (Casa Civil) e Augusto Heleno (SGS). A única signatária que não foi alvo da PF foi Dani Alves (Medicina) e Direitos Humanos).

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA

O ministro do STF **Alexandre de Moraes**, que empenhou Jair Bolsonaro com ação da PF sobre tentativa de golpe e divulgação de vídeo comprometedora de reunião ministerial.

PERDEDOR DA SEMANA

O **Exército**, com diversos oficiais envolvidos na ação da PF que investiga tentativa de golpe de Estado por Jair Bolsonaro.

FIGUE DE OLHO

Certo se fecha contra PL e Bolsonaro por tentativa de golpe, relação entre Lira e Lula deve ter turgida momentânea; niente viaja para a África.

Com Guilherme Seta, Danielle Brant e Carolina Linhares —

GRUPO FOLHA

FOLHA DE SP PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseu | (011) 3224-3222

Envie-nos: envios@grupofolha.com.br | (0800-015-9000)

Assinamento ao assinante: (11) 3224-3050 | (0800-775-8080)

Assine a Folha: assin@folha.com.br | (0800-015-8000)

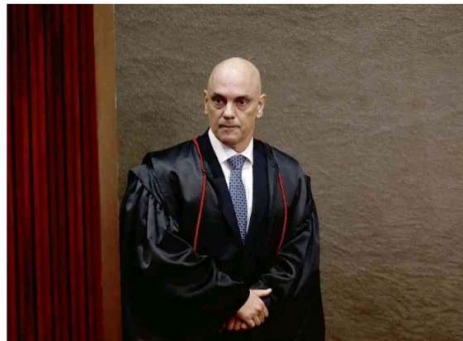
EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Verde avulsa	Assinatura semestral*
SP, RJ, SP	seg. a sáb. dom. 12	Todas as dias
DF, SC	R\$ 8,11	R\$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,11	R\$ 1.279,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,10	R\$ 1.848,90
Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 2.315,90

*O valor por entrega mensal inclui frete e seguro. Preço médio de 2023.

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IV)

796.948 exemplares (dezembro de 2023)



Ministro Alexandre de Moraes durante sessão do TSE, no ano passado. Pedro Ladeira - 10 jan. 23 / Folhapress

PF fecha cerco a Bolsonaro sob suspeita de golpe e apura elos dele com 8/1

Inquérito das milícias do STF foi aberto há mais de dois anos e agora coloca ex-presidente como líder de organização criminosa

Fábio Serapião
e Mathias Teixeira

BRASILIA

Os ataques de apo-

adores de Donald Trump ao

Capitôlio, nos Estados Uni-

dos em 6 de janeiro de 2021,

fizeram o inquérito das mil-

ícias digitais ser pensado co-

mo uma espécie de antepa-

ra para as investidas golpistas

de Jair Bolsonaro (PL) no

Brasil. Agora, o ex-presi-

dente é colocado pela investiga-

ção como líder de uma orga-

nização criminosa que plane-

ja um golpe de Estado para

se manter no poder.

À época dos ataques dos

trumpistas, a investigação

no Brasil ainda era chamada

de inquérito dos atos antide-

mostráticos e continuava com

difficuldade por causa da iná-

ção de Augusto Aras, o procu-

rador-geral da República indi-

cado por Bolsonaro.

Três anos depois, o mini-

stro Alexandre de Moraes, do

STF (Supremo Tribunal Fede-

ral), autorizou a apreensão do

passaporte do ex-presidente e

bancas contra figuras graúdas

das Forças Armadas, expon-

do os bastidores da escalada

golpista que pretendia man-

ter Bolsonaro na Presidência

mesmo após derrota nas urnas

para Lula (PT).

Até chegar a esse ponto, a in-

vestigação passou por percal-

ços dentro da Polícia Federal

e evidenciou excessos de Mo-

raes, como no caso das buscas

contra empresários às véspe-

ras da eleição de 2022, mas é

considerada o inquérito mais

robusto dos vários relatados

pelo ministro e que miram

Bolsonaro e seus aliados.

Esse inquérito é um bom

exemplo sobre a falta de ali-

nhamento entre Aras e Mo-

raes. A situação não tem se re-

petido após a posse de Paulo Ge-

neti, indicado por Lula. O atual

PGR encampou todos os pedi-

dos feitos pela PF e que origi-

naram a operação Tempus Ve-

ritati, deflagrada na quinta (8).

O inquérito dos atos antide-

mostráticos teve início em abril

de 2020 a pedido do próprio

Aras, após Bolsonaro partici-

par de ato em frente ao qua-

rel-general de Brasília que pe-

diu intervenção militar.

Em junho do ano seguinte,

após o caso começar a avan-

çar em direção a pessoas pró-

ximas a Bolsonaro, Aras pe-

diu o arquivamento do inqué-

rito perante o STF.

Moraes fingiu que não viu o

pedido, deu um drifte na PGR

e ordenou a abertura de outra

investigação, com o mesmo

material angariado na apu-

ração anterior — que passou

a ser chamada de inquérito

das milícias digitais.

Nesse cenário, a então de-

legada titular do caso, Denise

de Ribeiro, passou a organi-

zar na investigação das milí-

cias digitais toda a apuração

sobre o entorno de Bolso-

naro e seus aliados.

No entendimento da dele-

gada, a organização criminosa

alvo da apuração era responsá-

vel por todos os eventos da es-

calada golpista, que tinha co-

municação em 2022, passado pela

campanha de desinformação

durante a pandemia e desem-

bocando nos ataques ao siste-

ma eleitoral em julho de 2021.

A investigadora, que des-

de o início do caso também

acompanha como a inspi-

ração americana do bolso-

narismo se movimentava, iden-

tificou um padrão semelhan-

te nos dois países. Assim co-

mo nos EUA, o grupo político

infiltra suas bases espalhando

desinformação, lucrava finan-

ceiramente e politicamente

com isso, e — o mais impor-

te — sinaliza estar dis-

posto a usar qualquer meio

para se manter no poder.

Para se preparar para segurar

a escalada golpista, a dele-

gada passou a enviar todos

os casos que Moraes abria

para dentro da investigação,

classificando-os como even-

tos praticados por uma mes-

ma organização criminosa

que se estabelecia em forma

de milícia digital.

Denise saiu da apuração

no início de 2023 por causa de

uma licença e deixou em seu

lugar o delegado Fábio Shor,

que manteve o entendimento

anterior e avançou na investi-

gação, principalmente, a par-

tir da guerra do sigilo telefô-

nico de Mauro Cid, ex-ajudan-

te de ordens de Bolsonaro.

Antes de sair, no entanto, a

delegada entregou a Moraes

um relatório parcial em que já

apontava para Bolsonaro cri-

nar elementos sobre a atua-

ção do governo contra as ur-

nas eletrônicas. A delegada

havia investigado a live de 29

de julho de 2021 e o vazamen-

to do inquérito sobre ataque

hacker ao TSE (Tribunal Supe-

AL CENSO LINHAS DO INQUÉRITO DAS MILÍCIAS DIGITAIS

• Tentativa de golpe de Estado

• Ataques virtuais a opositores

• Ataques às instituições e às urnas eletrônicas

• Ataques às vacinas e medidas na pandemia

• Uso de estruturas do Estado para obtenção de vantagens indevidas

rior Eleitoral), em 4 de agosto daquele ano.

Foi no caso do vazamento

do inquérito que Mauro Cid,

agora delator, teve seu sigilo

telefônico quebrado, garan-

tando à PF acesso a conversas

e informações sobre o dia da

do governo e de Bolsonaro.

Nos dois casos, estavam as

digitais dos mesmos nomes

que agora estão na mira de

Moraes pelo planejamento

do golpe após a derrota elei-

toral para Lula.

Anderson Torres, então mi-

nistro da Justiça, já era inves-

tigado. O general Augusto He-

leno, à época chefe do Gabi-

nete de Segurança Instituci-

onal, estava na mira por causa

da atuação irregular da Abin

(Agência Brasileira de Inteli-

gência), e os militares esme-

çaram a aparecer como os

que levantaram as suspeitas

contra as urnas.

Como escreveu o Painei so-

bre o relatório da delegada,

em fevereiro de 2022 a inves-

tigação apontava que o inqué-

rito das milícias digitais era

o "principal anteparo contra

possíveis investidas antide-

mostráticas dos apoiadores do

presidente no ano eleitoral".

Ao longo de 2022, já sob no-

vo comando, a investigação foi

incluindo ainda mais eventos

para serem apurados.

A lista inclui o aumento nos

ataques às urnas, o uso das

Forças Armadas para legiti-

mar a tentativa de tumultuar

o pleito e as suspeitas, reveladas

pela Folha, de desvio de di-

reito da adjudicação de ordens,

entre outros casos. Alguns de-

les são investigados em inqué-

ritos separados, como a atua-

ção da PRF nas eleições.

O inquérito das milícias tem

cinco linhas de apuração: ata-

ques virtuais a opositores, ata-

ques às instituições e às urnas

eletrônicas, tentativa de golpe

de Estado, ataques às vacinas

e medidas na pandemia e, por

último, o uso de estruturas do

Estado para obtenção de van-

tagens indevidas.

Com a operação da última

quinta, a PF sinaliza que a in-

vestigação sobre a tentativa

de golpe caminha para o fim.

Resta agora encerrar o caso

sobre as joias e as transações

suspeitas no gabinete da Pre-

sidência e indicar qual a parti-

cipação de Bolsonaro no 8 de

setembro, a versão brasileira da

invasão ao Capitôlio.